

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.**

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2016. Este conteúdo foi confeccionado em comparação ao mesmo período de 2015 e abrange os dados do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e está acompanhado das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

**Perfil**  
 A Generali Brasil Seguros, controlada 100% pelo Grupo Generali, atua com seguros de pessoas, patrimoniais e massificados. No Brasil desde 1925, a companhia está presente em 15 Estados, somando 38 pontos de atendimento. O Grupo Generali é um dos maiores da Europa com € 74 bilhões de prêmios totais em 2015 e a maior seguradora no ramo Vida naquele continente. Com cerca de 76 mil funcionários em todo o mundo, o Grupo Generali ocupa posição de destaque na Europa Ocidental e vem conquistando lugar cada vez mais relevante na Europa Centro-Oriental e na Ásia. Em 2015, o Grupo Generali foi incluído entre as 50 empresas mais inteligentes do mundo pelo MIT Technology Review.

**Estratégia Generali**

Em outubro de 2016, a Generali Brasil Seguros realizou mudanças na gestão da Companhia: Andrea Crisanaz, que possui mais de 26 anos no Grupo Generali, assumiu o cargo de CEO com o desafio de rentabilizar e crescer a operação brasileira.

O corpo diretivo foi reforçado com a nomeação de Claudia Papa, como Vice-Presidente de Canais Massificados, e Sergio Wilson, como Vice-Presidente de Canais Tradicionais.

A estratégia da Generali Brasil visa um crescimento sustentável no mercado nacional em canais tradicionais, através de corretores estratégicos para negócios em produtos individuais e de vida; em negócios massificados, estabelecendo alianças com corretoras cativas e/ou especializadas; e em parcerias estratégicas, como a recentemente fechada com o Banco BMG.

A Generali Brasil conta com a transferência de tecnologia do Grupo Generali em áreas de excelência, onde este tem uma atuação de vanguarda, buscando sempre a melhoria dos processos e uma maior eficiência operacional para tornar-se mais simples e mais fácil.

**Desempenho Econômico**

No Brasil, o PIB em 2016 fechou em -3,5%, com inflação de 6,4%.

O país está em um período de profunda recessão. O alto desemprego, condições de crédito apertadas, turbulência política e fraca demanda externa mantiveram a economia brasileira na pior recessão em 2016 e minaram a confiança dos consumidores e investidores.

Na esfera política, o governo continua avançando com reformas que visam restabelecer a confiança e restaurar um ambiente de investimento favorável. No entanto, a implementação do programa de reforma tem se mostrado difícil e enfrenta oposição no Congresso. Em dezembro, foi aprovada uma emenda constitucional para limitar os gastos sociais.

A perspectiva de médio prazo do Brasil dependerá do sucesso dos atuais ajustes e da promulgação de reformas que melhorem o crescimento. Aumentar a produtividade e a competitividade é o principal desafio para o país alcançar um maior crescimento a médio prazo. Com a recessão dos impulsionadores do crescimento na última década - o consumo de crédito, a expansão da mão de obra e as *commodities* - o crescimento terá de se basear em maiores ganhos de investimento e produtividade.

**Agradecimento**

Agradecemos a todos os segurados que nos confiaram suas conquistas, aos corretores que nos indicaram como solução a seus clientes e aos colaboradores da Generali. Agradecemos também aos acionistas pelo apoio e confiança em nossa administração e às entidades e autoridades ligadas às nossas atividades.

**A Administração**

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)</b>					
	31/12/2016	31/12/2015			
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
Circulante	871.427	1.056.778	Circulante	747.227	872.275
Disponível	3.344	8.874	Contas a pagar	43.212	41.751
Caixa e equivalentes de caixa	3.344	8.874	Obrigações a pagar	16.808	15.464
Aplicações (Nota 5)	471.009	554.013	Impostos e encargos sociais a recolher	13.548	7.904
Quotas de fundos de investimento	470.860	553.770	Encargos trabalhistas	5.840	6.157
Outras aplicações	149	243	Outras contas a pagar	7.016	12.226
Crédito das operações com seguros e resseguros	190.579	184.739	Débitos de operações com seguros e resseguros	88.764	92.197
Prêmios a receber (Nota 6)	134.403	134.982	Prêmios a restituir	3.449	1.556
Operações com seguradoras	1.005	162	Operações com seguradoras	1.557	540
Operações com resseguradoras (Nota 7.1)	33.983	33.060	Operações com resseguradoras (Nota 7.2)	47.083	55.266
Outros créditos operacionais (Nota 10)	21.188	16.535	Corretores de seguros e resseguros	18.314	21.108
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 15)	165.399	250.161	Outros débitos operacionais	18.361	13.727
Títulos e créditos a receber	3.720	5.440	Depósitos de terceiros (Nota 13)	2.434	3.474
Títulos e créditos a receber	-	112	Provisões técnicas - seguros (Nota 15)	612.817	734.853
Créditos tributários e previdenciários	2.110	2.037	Danos	476.769	617.338
Outros créditos	1.610	3.291	Pessoas	136.048	117.515
Outros valores e bens (Nota 8)	10.755	25.955	Não circulante	20.290	22.542
Empréstimos e depósitos compulsórios	224	215	Contas a pagar	4	58
Despesas antecipadas	2.772	2.776	Tributos diferidos	4	58
Custos de aquisição diferidos (Nota 9)	23.625	24.605	Outros débitos	20.286	22.484
Não circulante	276.272	73.649	Provisões judiciais (Nota 14)	20.286	22.484
Realizável a longo prazo	69.923	38.234	Patrimônio líquido (Nota 19)	380.182	235.610
Títulos e créditos a receber	69.923	38.234	Capital social	1.186.177	993.924
Títulos e créditos a receber	3.270	3.018	Aumento de capital em aprovação	70.000	-
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 14)	66.653	35.216	Reserva de capital	1.800	1.831
Investimentos	412	401	Reserva de reavaliação	128	88
Participações societárias	353	342	Prejuízos acumulados	(877.923)	(760.233)
Outros Investimentos	59	59	Total do passivo e patrimônio líquido	1.147.699	1.130.427
Imobilizado (Nota 11)	7.240	8.687			
Imóveis de uso próprio	176	177			
Bens móveis	4.339	5.120			
Outras imobilizações	2.725	3.390			
Intangível (Nota 12)	198.697	26.327			
Outros intangíveis	198.697	26.327			
Total do ativo	1.147.699	1.130.427			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)</b>		
	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios emitidos líquidos	441.217	553.252
Variações das provisões técnicas	8.829	203.463
Prêmios ganhos (Nota 20)	450.046	756.715
Receita com emissão de apólices	-	(7)
Sinistros ocorridos (Nota 20)	(307.585)	(609.543)
Custos de aquisição (Notas 20 e 23.a)	(59.984)	(137.021)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 23.b)	(14.402)	(24.083)
Resultado com resseguro (Nota 23.c)	(54.763)	(17.425)
Despesas administrativas (Nota 23.d)	(138.550)	(173.556)
Despesas com tributos (Nota 23.e)	(2.730)	(9.679)
Resultado financeiro (Nota 23.f)	11.261	71.758
Resultado operacional	(116.707)	(142.841)
Perda com ativos não correntes	227	(1.269)
Resultado antes dos impostos e participações	(116.480)	(144.110)
Participações sobre o resultado	(1.222)	(3.778)
Prejuízo do exercício	(117.702)	(147.888)
Quantidade de ações	2.267.027	856.303
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)	(105,20)	(172,70)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)</b>		
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(117.702)	(147.888)
Outros resultados abrangentes líquidos, não reclassificados para resultado em períodos subsequentes	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	(12)	(1)
Total do resultado abrangente do exercício	(117.714)	(147.889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)</b>		
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(117.702)	(147.888)
Ajustes para		
Depreciação e amortização	7.024	4.838
Constituição de provisão para contingências	5.630	19.764
Perda (ganho) na venda de imobilizado	(227)	1.269
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	(3.765)	(3.136)
Remuneração baseada em ações	(31)	784
	(109.071)	(124.369)
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	83.004	134.583
Créditos das operações de seguros e resseguros	389	168.851
Ativos de resseguro	84.762	(25.845)
Créditos fiscais e previdenciários	(73)	-
Despesas antecipadas	4	3.191
Custo de aquisição diferidos	980	-
Outros ativos	14.257	56.447
Depósitos judiciais e fiscais	(31.437)	(2.709)
Outras contas a pagar	(3.866)	(19.976)
Impostos e contribuições	5.273	(1)
Débitos de operações de seguros e resseguros	(3.433)	(53.649)
Depósitos de terceiros	(1.040)	(14.171)
Provisões técnicas - seguros	(122.036)	(207.086)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(7.828)	(10.759)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(90.115)	(95.493)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(178.138)	(23)
Alienação de imobilizado	470	(17.696)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(177.668)	(16.727)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	262.253	108.224
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	262.253	108.224
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(5.530)	(3.996)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.874	12.870
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.344	8.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)</b>						
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	650.421	235.279	1.047	89	(612.346)	274.490
Aprovação do aumento de capital (Nota 19.1)	-	(235.279)	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 27/02/2015 (Nota 19.1)	-	30.830	-	-	-	30.830
Aumento de capital - AGE 27/03/2015 (Nota 19.1)	-	9.668	-	-	-	9.668
Aumento de capital - AGE 29/05/2015 (Nota 19.1)	-	30.504	-	-	-	30.504
Aprovação do aumento de capital (Nota 19.1)	40.498	(40.498)	-	-	-	-
Aprovação do aumento de capital (Nota 19.1)	30.504	(30.504)	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 24/09/2015 (Nota 19.1)	-	37.222	-	-	-	37.222
Aprovação do aumento de Capital (Nota 19.1)	37.222	(37.222)	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações (Nota 22)	-	-	784	-	-	784
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(1)	1	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(147.888)	(147.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	993.924	-	1.831	88	(760.233)	235.610
Aumento de capital - AGE 30/09/2016 (Nota 19.1)	-	192.253	-	-	-	192.253
Aprovação do aumento de capital (Nota 19.1)	192.253	(192.253)	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 23/12/2016 (Nota 19.1)	-	70.000	-	-	-	70.000
Remuneração baseada em ações (Nota 22)	-	-	(31)	-	-	(31)
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	40	12	52
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(117.702)	(117.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.186.177	70.000	1.800	128	(877.923)	380.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**

A Generali Brasil Seguros S.A., ("Seguradora" ou "Companhia") controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador italiano, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo social operar com seguros de danos e pessoas, como definidos na legislação em vigor.

A Seguradora, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, finalizou o importante processo de reorganização da estrutura organizacional de forma a fortalecer os seus processos operacionais e a Governança Corporativa. A Administração da Seguradora tem um plano estruturado de melhoria contínua de seus processos e serviços, bem como aumento das receitas com o objetivo de acelerar o processo de retomada da rentabilidade. Dentro do plano de retomada da rentabilidade, ao final do ano de 2016 a Seguradora firmou parceria com o Banco BMG para a exclusividade de vendas de seguro nos seus canais de Distribuição. Esta parceria inicialmente tem duração de 20 anos.

A Companhia conta ainda com o apoio de seu acionista controlador, que vem suprindo os recursos necessários para os importantes investimentos realizados no fortalecimento de seus sistemas, processos e governança, bem como suportar o ritmo de crescimento das operações, na direção da retomada da lucratividade e mantendo os níveis de solvência adequados, de acordo com as políticas do Grupo Generali e com os requerimentos legais.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

**2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP - (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

A Circular nº 517/15 e alterações, dispõe sobre normas contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; com efeitos a partir de 30 de julho de 2015, revogando a Circular SUSEP nº 508/15.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 20 de fevereiro de 2017.

**2.2. Continuidade**

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

**2.3. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em

moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.

**2.4. Base para mensuração**

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, vida útil dos ativos intangíveis, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 3.

**2.5. Disponível**

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**2.6. Ativos financeiros**

**2.6.1. Classificação**

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

**(ii) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguro", "Contas a receber" e "Demais contas a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* a cada data de balanço.

**2.6.2. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado e debitados dos custos da transação à demonstração do resultado para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

**2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.6.4. Impairment de ativos financeiros****(i) Ativos negociados ao custo amortizado**

A Seguradora avalia semestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicadas a percentuais estipulados. Para os créditos a receber com resseguradores, a provisão é constituída com base no critério estabelecido pela Circular SUSEP nº 517/15 que determina que as sociedades supervisionadas que não tiverem elaborado os estudos, deverão efetuar a redução do valor recuperável, quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro do crédito referentes à restituição de sinistros pagos. Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos, está adequada e reflete o histórico de perdas incorridas.

**2.7. Ativos relacionados a resseguros**

O Objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas e pré-aprovadas pela Matriz. Nessa operação, a seguradora objetiva diminuir suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, e cede a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido.

Tecnicamente, o resseguro é um contrato que equilibra e dá solvência aos seguradores e evita, através da diluição dos riscos que haja quebra de generalizadas de seguradoras no caso de excesso de sinistralidade, como ocorrência de grandes tragédias ou de catástrofes, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

Os passivos de seguros relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações com os segurados. Já os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordado entre as partes em detrimento da capacidade de resseguro cedida pelos resseguradores a Generali.

Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando seus respectivos percentuais de participação em cada contrato de resseguro podendo o mesmo ser automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro.

Os ativos relacionados a resseguros são constantemente atualizados a medida que são feitos pagamentos a segurados e/ou exista movimentações nas reservas e submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indicio de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

**2.8. Teste de adequação do passivo**

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzidas das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxo de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os de caixa futuros, utilizando premissas atuais e realistas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. As regras e os procedimentos para a elaboração do teste de adequação do passivo foram instituídos pela Circular SUSEP nº 457/2015, revogada pela Circular SUSEP nº 517/2015.

Os testes de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2016 e 2015 indicaram que as provisões constituídas nestas datas-bases, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, eram insuficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorriam do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, havendo necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$2.225 (R\$ 17.168 em 31 de dezembro de 2015), bruta de resseguro, R\$ 2.185 líquido de resseguro (R\$ 15.576 em 31 de dezembro de 2015).

**2.9. Intangível**

O ativo intangível é representado por gastos com implantação de sistemas operacionais e pelo direito de uso exclusivo dos canais de distribuição do banco BMG. Ressalta-se que os gastos associados à manutenção de sistemas são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a sistemas identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. Os custos com o direito de uso dos canais de distribuição do banco BMG são amortizados durante a sua vida útil de 20 anos definida em contrato.

**2.10. Custos de aquisição diferidos**

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos relacionados à corretagem de seguro na aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Companhia que tem vigência anual, com forte concentração na carteira de automóveis.

**2.11. Salvados**

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. A provisão para redução do valor recuperável de salvados é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos salvados, considerando os riscos envolvidos.

**2.12. Imobilizado**

O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis (terrenos e edificações) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<b>Taxa de depreciação (a.a.)</b>	<b>Anos</b>
Edificações	2,5%	40
Equipamentos de informática	20%	5
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	5
Outras imobilizações	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço.

**2.13. Impairment de ativos não financeiros**

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

**2.14. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais**

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece a provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a esse valor é material.

A Seguradora constitui provisões para desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados como descrito a seguir:

**2.14.1. Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento.

**2.14.2. Passivos contingentes**

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece a provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".

As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros para cada uma das classificações foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia, tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Perda provável	100% do valor em risco
Perda possível	30% do valor em risco
Perda remota	5% do valor em risco

Como a expectativa da Administração é não ter causas dessa natureza em aberto em um prazo superior a 12 meses, embora possa durar um prazo maior e, apesar de não haver qualquer data de vencimento, podendo as causas serem executadas ou feitos acordos judiciais a qualquer tempo, a Administração adota como política, de forma consistente ao longo dos anos, a classificação dessa provisão no passivo circulante.

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco, no passivo não circulante. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

**2.14.3. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

Decorrem de processos relativos a tais matérias cujo objeto de contestação seja sua legalidade ou constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo.

**2.15. Provisões técnicas - seguros e resseguros**

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

**2.15.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. Esta provisão é obtida a partir da parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério *pro-rata die* para todos os ramos de seguros. A Seguradora adota a redução dos custos iniciais de contratação do prêmio base de cálculo da PPNG.

**2.15.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)**

A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em estudo técnico atuarial, cuja metodologia de cálculo encontra-se escrita em nota técnica atuarial definida pelo atuário responsável da Seguradora, em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015 e Circular SUSEP nº 517/2015.

**2.15.3. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é determinada pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, e deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas de prêmios, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos.

**2.15.4. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)****(i) Processos administrativos**

É constituída, caso a caso, para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos aos pagamentos dos sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.

A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final ou quando ocorrer algum fato que impeça a baixa dos sinistros de forma individualizada e tempestiva no sistema operacional da Companhia.

**(ii) Processos judiciais**

É estimada a partir da análise do departamento jurídico da Seguradora ao receber a citação de um novo processo, avaliando-se a probabilidade de perda e o valor máximo de responsabilidade, considerando-se na análise o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o capital segurado e a jurisprudência.

A Seguradora adota o critério de contabilização das provisões referente aos processos de sinistros, calculando com base em dados históricos, o percentual de perdas inicialmente classificadas como possíveis e remotas, que a Companhia acaba por efetuar algum pagamento.

**(iii) Ajustes decorrentes de IBNER**

Contempla os ajustes de IBNER, para os sinistros avisados e ainda não pagos, quando necessário, em decorrência da adequação da provisão até a respectiva liquidação final, conforme descrito na nota técnica atuarial de IBNER.

**(iv) Salvados e/ou Ressarcimentos**

A PSL para salvados e/ou ressarcimentos é constituída, caso a caso, para a expectativa de venda do salvado e/ou recuperação do ressarcimento, conforme o valor apurado na data do registro do salvado e/ou ressarcimento, até a sua respectiva liquidação total.

**2.15.5. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)**

A provisão contempla os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial.

**2.15.6. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)**

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos na nota técnica atuarial e contempla estimativa para os valores relativos a indenizações e despesas, considerando os sinistros administrativos e judiciais.

A expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na provisão de IBNR.

**2.15.7. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)**

A provisão de despesas relacionadas (PDR) foi introduzida pela Circular SUSEP nº 462/2013, revogada pela Circular SUSEP nº 517/2015, e é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não.

**2.15.8. DPVAT**

As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT, são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A..

**2.16. Capital social**

As ações ordinárias emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

O montante total do capital pertencente aos acionistas domiciliados no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

**2.17. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura ou a emissão de apólice, o que ocorrer antes, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.
- As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.
- Os juros cobrados sobre os prêmios fracionados são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

**2.18. Principais tributos**

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

**2.19. Pagamento baseado em ações**

A remuneração dos executivos baseada em ações é mensurada e reconhecida a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fosse uma modificação ao plano original.

**3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

**a) Provisões técnicas**

No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL) e dos sinistros ocorridos, mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em Nota Técnica Atuarial. A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos são analisados basicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. Nenhuma premissa explícita é considerada sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas; as premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência.

**b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível**

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

**c) Provisão para recuperação de ativos de seguros e cosseguros**

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e cosseguros.

**d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**e) Provisões para contingências**

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais (cíveis, trabalhistas e tributárias) cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos engloba considerável julgamento por parte da Administração. Tal procedimento é necessário tendo em vista ser provável que, como resultado de um acontecimento passado, uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos



seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências apresentadas, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

#### 4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora.

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, adaptadas a realidade da Seguradora.

No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos da Seguradora conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tangere a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

#### 4.1. Risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares e vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta ou indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 10% de aumento/redução na sinistralidade. Seguem os efeitos:

Variáveis	Premissas	Resultado após agravamento/redução R\$	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
Sinistralidade global	Agravo de 10%	(159.768)	(39)	(12)
Sinistralidade global	Redução de 10%	69.759	39	12

#### 4.1.1. Estratégia de subscrição

A Seguradora tem todas as suas políticas de subscrição descritas em manuais técnico operacionais dos diversos produtos. Eles estabelecem os critérios de subscrição, de precificação, de enquadramento e classificação dos riscos e os chamados *guidelines*. Tais manuais, além de ser um instrumento de trabalho dos subscritores, estão disponíveis a qualquer funcionário da Seguradora na intranet, podendo ser consultado a qualquer momento por qualquer um.

Um *checklist* e uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes de qualificação e que possam permitir a melhor análise e classificação do risco não são atendidos, o risco deverá ser recusado.

Além das características intrínsecas ao risco que se quer segurar, são avaliadas as experiências pretéritas do risco e de seus gestores. A qualidade na gestão e proteção do risco e a situação econômico-financeira são também analisadas e assumem maior ou menor peso, de acordo com o tipo do risco, o segmento inserido e o montante a segurar.

A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e que cumprirá todos os seus compromissos com os Segurados. Entretanto, a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia da saúde financeira da Seguradora. Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação, considerados os seus aspectos como o potencial de causar danos ou de ser consumido em decorrência de eventos futuros e incertos não são menos importantes.

#### 4.1.2. Estratégia de resseguro

O Objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital de risco cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, ao mesmo tempo, o risco de crédito associado a tal operação.

Visto que a segurança é um requisito de fundamental importância em qualquer transação de transferência de riscos, o risco de crédito da contraparte é um tópico-chave de resseguro e o Resseguro do Grupo instrui o uso de resseguradoras preferenciais, com as quais o Grupo mantém uma relação geral ampla e que possuem registros de desempenho satisfatório em termos de qualidade de serviços e pagamento de perdas. Esses resseguradores são constantemente reavaliados pela Matriz e o *rating* das mesmas é considerado para que a Generali defina as capacidades de cada ressegurador por linha de negócio.

Os contratos de resseguro, sejam eles proporcionais, não proporcionais e/ou facultativos são revisados e renovados anualmente de forma que a área de resseguro consiga avaliar o resultado do contrato e as possíveis alterações nos termos e condições com o objetivo de atender as necessidades de cada área de negócio, mas sempre mantendo a retenção da Seguradora em níveis autorizados pela Superintendência.

Os contratos facultativos são utilizados somente quando existe a necessidade de capacidade adicional ao contrato automático de forma a obter uma participação na apólice original.

#### 4.1.3. Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento, quais sejam: (a) análises de sensibilidade; (b) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (c) casamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, anualmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

Os principais segmentos de gestão de riscos de seguro estão estruturados entre os ramos de atuação da Seguradora, conforme descrito na Nota 20.

#### 4.2. Riscos de seguros gerais

O risco de seguros gerais inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos eventos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Os departamentos técnicos da Seguradora monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos.

Visão geral das principais linhas do grupo de negócio:

#### 4.2.1. Seguros de pessoas

A Seguradora opera com apólices coletivas destinadas, principalmente, a cobrir os empregados e dirigentes de empresas, sendo seu maior foco os grupos de relação entre empregado e empregador. A Seguradora tem como alvos as pequenas e médias empresas, além do segmento de empresas multinacionais, aproveitando a rede mundial da Generali, conhecida mundialmente por "Generali Employee Benefits" (GEB).

As coberturas oferecidas são as tradicionais, cabendo destaque para o pós-vida, seguro que garante a realização dos serviços funerários, sem a necessidade de desembolso por parte dos beneficiários do segurado. Trata-se de produto de alto valor agregado. Outros serviços de assistência são ainda agregados ao seguro de vida de acordo com a opção do contratante. A carteira da Seguradora atende a um importante segmento de empresas multinacionais.

#### 4.2.2. Seguro de automóvel

A Seguradora opera nos ramos de Casco, Responsabilidade Civil Facultativa - RCF e Acidentes Pessoais Passageiros - APP. Atualmente, tem sede na cidade do Rio de Janeiro, com sucursais e escritórios nas principais cidades do Brasil.

A Seguradora disponibiliza a comercialização dos seus produtos para pessoas físicas e jurídicas, esta última concentrada na modalidade de frotas, onde é disponibilizada a contratação para veículos de passeio, picapes e caminhões utilizados em atividades comerciais e profissionais. Para os negócios individuais, a Seguradora restringe a contratação para veículos de passeio e picapes.

Quanto a gestão de riscos, adota-se mecanismos que possibilitam uma melhor aceitação, proporcionando uma carteira saudável com mais segurança e visando à maximização da rentabilidade para seus administradores.

Partindo desta premissa, busca-se sanear a carteira, adotando políticas de subscrição mais rigorosas, além de automatizar a análise e aceitação do risco através de árvore de decisão que permite padronizar os processos que envolvam o gerenciamento do risco.

O sistema corporativo está parametrizado para consultas a bases externas, que possibilitam um conhecimento mais detalhado do risco em análise, dentro da política de aceitação, com intuito de maximizar o retorno para a Seguradora. Além disso, a Seguradora estabelece como pilares estatísticos e atuariais, premissas como a utilização de bases de dados internos e externos disponibilizados pelo mercado para determinação de um modelo de custo, considerando as frequências e os danos médios de sinistros por naturezas, sustentando a construção de prêmios comerciais com intuito de obtenção de um equilíbrio econômico financeiro para a carteira de automóveis.

Cabe ressaltar que a Seguradora adota rotinas de testes de aderência do modelo para avaliar os impactos nos resultados, seguindo uma metodologia de simulação da carteira a valor presente objetivando diagnósticos de correções tarifárias e projeções.

#### 4.2.3. Transportes

Por uma questão estratégica, a Generali que só operava no segmento de Transporte Internacional, decidiu não operar neste segmento a partir do segundo semestre de 2016.

#### 4.2.4. Seguro de ramos elementares

A Seguradora oferece gama de produtos focados nos segmentos residencial, empresarial, responsabilidade civil e riscos de engenharia.

#### 4.2.4.1. Multiriscos

A Seguradora oferece um leque de produtos denominados multiriscos que obedecem a tarifas próprias conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multiriscos, cada respectivo produto é composto das mais variadas coberturas voltadas para o atendimento das necessidades de proteção dos segurados frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de um leque de coberturas onde o cliente opta por aquelas de sua escolha (sendo a básica uma conjugação de Incêndio/Queda de Raio/Explosão/Queda de Aeronaves) estipulando seus respectivos Limites Máximos de Indenização (LMI), que correspondem ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens. Conforme o tipo de cobertura, os produtos preveem limites máximos de LMI a serem contratados, que definem o nível máximo de exposição que se pretende assumir, além de franquias próprias que visam uma coparticipação do segurado nos respectivos prejuízos indenizáveis na ocasião de sinistros.

Dentro deste conceito, os produtos multiriscos se diferenciam em:

- **Residencial:** Possui coberturas específicas voltadas para diferentes tipos de residências, sejam casas ou apartamentos, habituais ou de veraneio. São exemplos de coberturas adicionais: danos elétricos, vendaval, perda/pagamento de aluguel, responsabilidade civil familiar, roubo de bens entre outras.
- **Empresarial:** Possui coberturas específicas voltadas para os mais variados tipos de atividades empresariais dos segmentos da indústria, comércio e serviços e dos mais variados portes (pequena, média e grande empresa). São exemplos de coberturas adicionais: danos elétricos, vendaval, responsabilidade civil operações, despesas fixas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, roubo de valores, entre outras.

Estes produtos obedecem a tarifas próprias obtidas através da experiência de suas respectivas carteiras, medida através das bases de dados da Seguradora. O processo de subscrição segue critérios que avaliam as características de cada risco onde são considerados, além do estado de uso e conservação do local, outros pontos conforme o tipo de seguro a ser contratado, como por exemplo: região de localização, tipo de proteção patrimonial existente, condições da vizinhança, isolamentos internos, possibilidades máximas de perdas conforme planta envolvida, entre outros.

Os preços dos seguros são determinados conforme o tipo de risco em questão, como por exemplo, tipos de residência, tipos de atividade empresarial desenvolvida, tipos de condomínio, e vão se tornando personalizados à medida que os riscos vão se diferenciando por outras características como, por exemplo, boa experiência de

sinistralidade, variedade de meios de proteção contra acidentes, sua localidade, tipo de construção, entre outros.

Os produtos residencial e empresarial contam ainda com um amplo leque de serviços de assistência que oferece opções como chaveiros, eletricitistas, encanadores, *check up* domiciliar, etc.

#### 4.2.5. Demais ramos

A Seguradora conta também outros produtos de ramos elementares para o atendimento as necessidades de seus clientes.

#### 4.2.5.1. Responsabilidade Civil ("RC")

A Seguradora oferece a seus clientes dos mais variados segmentos empresariais, seja indústria, comércio ou serviço, um produto que conta com amplo leque de coberturas, como por exemplo, RC operações, RC empregador, RC produtos, RC garagista, RC prestação de serviços em locais de terceiros entre outras. Neste quesito, diversos pontos são avaliados durante a subscrição como as características de cada atividade, experiência em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

#### 4.2.5.2. Risco de engenharia

A Seguradora oferece leque de coberturas voltado para seguro de obras civis e instalações e montagens, tais como básica (danos causados à obra), tumultos, equipamentos, despesas extraordinárias, entre outras. Trata-se de tarifa específica onde as características de cada obra determinam a melhor formatação do seguro. Durante a subscrição, diversos fatores são avaliados para fins de aceitação e melhor dimensionamento do seguro como tipo de obra, experiência do construtor, topografia de terreno, tipo de solo, entre outros.

#### 4.2.5.3. Embarcações de recreio

Por uma questão estratégica a Generali que só operava no segmento de Transporte Internacional, decidiu não operar neste segmento a partir do segundo semestre de 2016.

Todos os produtos aqui descritos possuem suas respectivas coberturas e planos de resseguro devidamente dimensionados, cujas modalidades e retenções são definidas conforme o perfil e tipo de carteira específica.

#### 4.3. Risco financeiro

A exposição do risco financeiro está diretamente ligada a sua carteira de aplicação financeira. Buscando mitigar o risco adotamos uma política de conservadorismo, onde 95% dos investimentos estão concentrados em títulos públicos federais, além de levarmos em consideração os instrumentos regulatórios estipulados pelo órgão regulador bem como a conjuntura econômica vigente que será determinante para avaliar o risco e a rentabilidade dos ativos.

A política de gestão do risco financeiro - definida em reuniões do Comitê de investimentos, alinhada com as políticas do Grupo Generali - estabelece os limites apropriados de risco e assegura que estes sejam seguidos a fim de evitar perdas decorrentes de oscilações de preços de mercado que venham a impactar os resultados de forma adversa. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria da Seguradora e visa proteger e assegurar os ganhos.

#### 4.4. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são:

- Ativos financeiros.
- Ativos de resseguro.
- Prêmios de seguros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica.

#### Exposições ao risco de crédito

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos pela agência de risco Fitch para os saldos de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras e agências *AMBest*, *Moody's* e *Standard & Poor's* para os saldos relacionados aos ativos de resseguro:

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+/AA-/A-	Sem rating	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa				
Fundo fixo	-	-	6	6
Banco do Brasil S.A.	-	70	-	70
Banco Bradesco S.A.	17	-	-	17
Caixa Econômica	-	41	-	41
Banco Itaú S.A.	1	-	-	1
Banco Santander S.A.	3.206	-	-	3.206
Banco Regional de Brasília	-	3	-	3
Títulos privados	-	-	149	149
Quotas de FI renda fixa – DPVAT	24.626	46.400	18.516	89.542
Quotas de fundo de investimento exclusivo				
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	360.402	-	360.402
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	676	-	676
Quotas de fundos de investimento aberto	20.240	-	-	20.240
Prêmios a receber de segurados	-	-	134.403	134.403
Ativos de resseguro				
Assicurazioni Generali S.P.A.	-	632	-	632
Austral Resseguradora S.A.	-	1.576	-	1.576
Everest Reinsurance Company	-	6	-	6
Hannover Rückversicherung AG	-	450	-	450
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	203	-	203
Liberty Sindicatos	-	7.507	-	7.507
Lloyd's	-	128	-	128
Mapfre RE Companhia de Resseguros S.A.	-	461	-	461
Mapfre RE do Brasil Companhia de Resseguros	-	313	-	313
Markel Resseguradora do Brasil	-	116	-	116
Münchener Rück do Brasil Resseguradora S.A.	-	1.254	-	1.254
Munich RE do Brasil Resseguradora S.A.	-	211	-	211
Odyssey America Reinsurance Corporation	-	333	-	333
Partner RE Reinsurance Europe Limited	-	120	-	120
SCOR Brasil Resseguros S.A.	-	38	-	38
SCOR Reinsurance Company	-	57	-	57
Sirius America Insurance Company	-	1	-	1
Swiss RE Brasil Resseguros S.A.	-	12	-	12
Transatlantic Reinsurance Company	-	15.937	-	15.937
XL RE Latin America Ltd.	-	4.628	-	4.628
XL Resseguros Brasil S.A.	-	-	-	-
Exposição máxima ao risco de crédito	48.090	441.575	153.074	642.739

#### Exposições ao risco de crédito

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA/A	BBB-	Sem rating	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa					
Fundo fixo	-	-	-	15	15
Banco do Brasil S.A.	699	-	-	-	699
Banco Bradesco S.A.	188	-	-	-	188
Caixa Econômica	50	-	-	-	50
Banco Itaú S.A.	78	-	-	-	78
Banco Santander S.A.	7.844	-	-	-	7.844
Títulos privados	-	-	-	243	243
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	-	-	72.075	72.075
Quotas de fundo de investimento exclusivo					
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	408.223	-	-	408.223
Letras de Tesouro Nacional - LTN	-	49.707	-	-	49.707
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	3.000	-	-	3.000
Quotas de fundos de investimento aberto	19.628	1.137	-	-	20.765
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	134.982	134.982
Ativos de resseguro					
ACE Resseguradora S.A.	-	69	-	-	69
Assicurazioni Generali S.p.A.	-	871	-	-	871
Austral Resseguradora S.A.	-	8	-	-	8
Everest Reinsurance Company	-	1.172	-	-	1.172
Hannover Rückversicherung AG	-	505	-	-	505
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	9.804	-	-	9.804
Lloyd's	-	1.681	-	-	1.681
Mapfre RE Companhia de Resseguros S.A.	-	262	-	-	262
Mapfre RE do Brasil Companhia de Resseguros	-	603	-	-	603
Markel Resseguradora do Brasil	-	193	-	-	193
Münchener Rück do Brasil Resseguradora S.A.	-	127	-	-	127
Munich RE do Brasil Resseguradora S.A.	-	14.469	-	-	14.469
Odyssey America Reinsurance Corporation	-	302	-	-	302
Partner RE Reinsurance Europe Limited	-	32	-	-	32
SCOR Reinsurance Company	-	628	-	-	628
Sirius America Insurance Company	-	88	-	-	88
Swiss RE Brasil Resseguros S.A.	-	1.721	-	-	1.721
Swiss Reinsurance America Corporation	-	101	-	-	101
Swiss Reinsurance Company	-	34	-	-	34
Terra Brasis Resseguradora S.A.	-	1	-	-	1
Transatlantic Reinsurance Company	-	66	-	-	66
XL RE Latin America Ltd.	-	26	-	-	26
XL Resseguros Brasil S.A.	-	297	-	-	297
Exposição máxima ao risco de crédito	28.487	34.197	460.930	207.315	730.929

#### 4.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de liquidez do grupo e também diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

#### (i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descausamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizado na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração, considerando as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Alçada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes. As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

	31/12/2016			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	109.931	3.486	357.592	471.009
Caixa e bancos	3.344	-	-	3.344
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	190.579	-	190.579
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	165.399	-	165.399
Títulos e créditos a receber	-	3.720	69.923	73.643
Outros valores e bens	70	10.685	-	10.755
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	224	-	224
	<b>113.345</b>	<b>374.093</b>	<b>427.515</b>	<b>914.953</b>

	31/12/2015			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Obrigações a pagar	-	16.808	-	16.808
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	88.764	-	88.764
Depósitos de terceiros	-	2.434	-	2.434
Provisões técnicas	-	612.817	-	612.817
	-	<b>720.823</b>	-	<b>720.823</b>

	31/12/2016			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	93.083	-	460.930	554.013
Caixa e bancos	8.874	-	-	8.874
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	184.739	-	184.739
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	-	250.161	-	250.161
Títulos e créditos a receber	-	5.440	38.234	43.674
Outros valores e bens	141	25.814	-	25.955
Empréstimos e depósitos compulsórios	-	215	-	215
	<b>102.098</b>	<b>466.369</b>	<b>499.164</b>	<b>1.067.631</b>

	31/12/2015			
	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Obrigações a pagar	-	15.464	-	15.464
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	92.197	-	92.197
Depósitos de terceiros	-	3.474	-	3.474
Provisões técnicas	-	734.853	-	734.853
	-	<b>845.988</b>	-	<b>845.988</b>

#### 4.6. Risco de câmbio

A Seguradora opera internacionalmente em operações do ramo de transporte internacional e operações de resseguro. A viabilização é feita através da conta em moeda estrangeira.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à moeda funcional. A área de Tesouraria administra as posições na conta em moeda estrangeira de forma a fazer frente às obrigações de médio prazo, evitando assim a exposição cambial local.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas, contabilmente, para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Eventuais ganhos ou perdas de conversão de saldos, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

#### 4.7. Risco de mercado

##### (i) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva.

##### (ii) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

É feita a cogestão do fundo exclusivo para garantir o enquadramento do investimento para atender liquidez, segurança e rentabilidade. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área Financeira através da cogestão da política de investimento a ser cumprida pelo gestor de recursos, garantindo a otimização dos resultados, avaliando os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, os limites de Value at Risk (VaR) e a liquidez.

##### Teste de sensibilidade

As aplicações financeiras oferecidas em garantia das reservas técnicas da Seguradora estão integralmente registradas na Central de Títulos Privados - CETIP, sob a custódia do Banco Santander. A totalidade dos ativos está vinculada às reservas técnicas e são integralmente aplicados conforme as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em linha com a definição de risco do Grupo Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo:

• Preços cotados em mercados para ativos idênticos.

• O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no "PU 550 da SELIC", divulgado diariamente pelo BACEN.

• As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante no CETIP, nas datas do balanço.

• Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço.

Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento/redução no custo de oportunidade dos ativos financeiros - taxa de juros do mercado. Seguem os efeitos:

Variáveis	Premissas	Efeito no resultado/patrimônio líquido (por mil)	
		R\$	% Resultado
CDI	Agravo de 25%	9.986	8,71
CDI	Redução de 25%	(13.621)	(11,88)
			% PL
			2,61
			(3,55)

#### 5. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros são aplicados no mercado conforme as premissas de liquidez/concentração estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em linha com a definição de risco do Grupo Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo:

• Preços cotados em mercados para ativos idênticos.

• O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no "PU 550 da SELIC", divulgado diariamente pelo BACEN.

• As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante no CETIP, nas datas do balanço.

• Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço.

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

	31/12/2016							
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total do valor justo por meio do resultado	% de curva	Valor	Taxas contratadas	
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	89.542	-	-	89.542	19	-	-	
Fundo de investimento exclusivo	-	-	-	-	-	-	-	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	3.486	356.916	360.402	77	360.243	SELIC	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	676	676	-	571	14,64%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	20.240	-	-	20.240	4	-	-	
Quotas de fundos de investimentos	149	-	-	149	-	-	-	
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	-	
Total	<b>109.931</b>	<b>3.486</b>	<b>357.592</b>	<b>471.009</b>	<b>100</b>	<b>360.814</b>		

	31/12/2015							
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total do valor justo por meio do resultado	% de curva	Valor	Taxas contratadas	
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	72.075	-	-	72.075	13	-	-	
Fundo de investimento exclusivo	-	-	-	-	-	-	-	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	408.223	408.223	816.446	74	408.204	SELIC	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	49.707	49.707	99.414	9	52.401	TR + 13,01% a 13,51%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	3.000	3.000	6.000	1	3.133	9,64%	
Quotas de fundos de investimentos	20.765	-	20.765	41.530	3	-	-	
Quotas de aplicações	243	-	243	486	-	-	-	
Total	<b>93.083</b>	<b>460.930</b>	<b>554.013</b>	<b>1.008.026</b>	<b>100</b>	<b>463.738</b>		

#### 5.2. Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2015	Aplicações	Resgates	Rendimento	31/12/2016
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	72.075	21.711	(15.367)	11.123	89.542
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	408.223	402.993	(494.695)	43.881	360.402
Letras do Tesouro Nacional - LTN	49.707	-	(51.834)	2.127	-
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	3.000	544	(2.926)	58	676
Quotas de fundos de investimentos	20.765	10.507	(13.998)	2.966	20.240
Outras aplicações	243	75	(169)	-	149
	<b>554.013</b>	<b>435.830</b>	<b>(578.989)</b>	<b>60.155</b>	<b>471.009</b>
	31/12/2014	Aplicações	Resgates	Rendimento	31/12/2015
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	55.652	25.575	(17.403)	8.251	72.075
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	541.626	1.036.102	(1.235.107)	65.602	408.223
Letras do Tesouro Nacional - LTN	74.604	264.982	(293.769)	3.890	49.707
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	3.003	-	(292)	289	3.000
Quotas de fundos de investimentos	13.539	5.049	-	2.177	20.765
Outras aplicações	172	71	-	-	243
	<b>688.596</b>	<b>1.331.779</b>	<b>(1.546.571)</b>	<b>80.209</b>	<b>554.013</b>

#### 5.3. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

• Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.

• Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

• Nível 03: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2016							
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	89.542	-	89.542	-	72.075	-	72.075
Fundo de investimento exclusivo:								
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	360.402	-	-	360.402	408.223	-	-	408.223
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	49.707	-	-	49.707
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	676	-	-	676	3.000	-	-	3.000
Quotas de fundos de investimentos	-	20.240	-	20.240	-	20.765	-	20.765
Outras aplicações	-	-	149	149	-	-	243	243
	<b>361.078</b>	<b>109.782</b>	<b>149</b>	<b>471.009</b>	<b>460.930</b>	<b>92.840</b>	<b>243</b>	<b>554.013</b>

#### 5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de Depósito Interfinanceiro (DI).

Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	Valor total 2016							
	Vencimento	Quantidade	Valor de referência	31/12/2016	31/12/2015	Objetivo		
DI Vendido Depósito Interfinanceiro	jan/18	400	100	-	29.493	Hedge		
DI Vendido Depósito Interfinanceiro	jan/17	47	100	-	4.054	Hedge		
DI Vendido Depósito Interfinanceiro	jan/19	300	100	-	18.917	Hedge		
DI Vendido Depósito Interfinanceiro	jan/27	14	100	466	-	Hedge		

Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (VAR, Tracking Error e Testes de stress), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do Banco Santander Brasil S.A..

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o hedge da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensíveis às cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

#### 6. Prêmios a receber

Os prêmios a receber da Seguradora possuem prazo médio de parcelamento de seis meses para seguros individuais e dez meses para frota.

A composição dos prêmios a receber de segurados era como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Composição dos créditos das operações com seguros		
Prêmios a receber de segurados emitidos	149.644	147.301
Prêmios a receber de segurados não emitidos	21.276	32.605
Operações com seguradoras	10.495	10.659
	<b>181.415</b>	<b>190.565</b>

	31/12/2016	31/12/2015
Redução ao valor recuperável	(47.012)	(55.583)
Prêmios a receber de segurados	<b>134.403</b>	<b>134.982</b>

Demonstramos a seguir o aging-list dos prêmios a receber:

	31/12/2016	31/12/2015
Aging de valores a receber	181.415	190.565
A vencer	101.657	106.211
De 1 a 30 dias	43.937	57.234
De 31 a 60 dias	15.936	15.281
De 61 a 120 dias	22.178	19.913
Superior a 121 dias	19.606	13.783
Vencidos	79.758	84.354
De 1 a 30 dias	7.992	10.409
De 31 a 60 dias	1.221	3.409
De 61 a 120 dias	2.277	4.015
Superior a 121 dias	68.268	66.521

Abaixo segue a movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	64.239
Constituições	-	1.647
Reversões	-	(10.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	55.583
Constituições	-	5.470
Reversões	-	(14.041)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	<b>47.012</b>

#### 7. Ativos e passivos de resseguros

##### 7.1. Ativos de resseguros líquidos

	31/12/2016				31/12/2015					
	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
Sem vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1 a 30 dias	8.792	42</								



## 13. Depósitos de terceiros

Composição do depósito de terceiro das operações com seguros	31/12/2016	31/12/2015
Aging de valores recebidos pendente		
De 1 a 30 dias	1.002	1.837
De 31 a 60 dias	450	484
De 61 a 120 dias	280	305
De 121 a 365 dias	702	848
	<b>2.434</b>	<b>3.474</b>

## 14. Provisões para contingências e depósitos judiciais

Contingências fiscais							
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	31/12/2016		Quantidade	31/12/2015	
			Valor provisionado	Valor depositado		Valor provisionado	Valor depositado
Provável	-	-	-	-	2	3.233	-
Possível	7	1.890	-	2.155	7	-	1.681
Remota	3	24	-	6.157	3	-	5.825
	<b>10</b>	<b>1.914</b>	-	<b>8.312</b>	<b>12</b>	<b>3.233</b>	<b>7.506</b>

Contingências trabalhistas							
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	31/12/2016		Quantidade	31/12/2015	
			Valor provisionado	Valor depositado		Valor provisionado	Valor depositado
Provável	63	2.511	2.511	886	58	1.863	-
Possível	76	3.077	-	66	89	-	133
Remota	16	65	-	-	21	-	440
	<b>155</b>	<b>5.653</b>	<b>2.511</b>	<b>952</b>	<b>168</b>	<b>1.863</b>	<b>573</b>

Contingências cíveis							
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	31/12/2016		Quantidade	31/12/2015	
			Valor provisionado	Valor depositado		Valor provisionado	Valor depositado
Provável	458	17.775	17.775	22.206	742	17.388	339
Possível	464	12.150	-	979	405	-	18.899
Remota	371	660	-	1.805	395	-	10
	<b>1.293</b>	<b>30.585</b>	<b>17.775</b>	<b>24.990</b>	<b>1.542</b>	<b>17.388</b>	<b>19.248</b>

Contingências sinistros							
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor reclamado	31/12/2016		Quantidade	31/12/2015	
			Valor provisionado	Valor depositado		Valor provisionado	Valor depositado
Provável	3.554	203.184	201.911	30.009	3.188	177.287	5.881
Possível	388	42.733	12.820	427	366	9.259	1.748
Remota	748	87.056	4.353	1.963	864	3.718	261
	<b>4.690</b>	<b>332.973</b>	<b>219.084</b>	<b>32.399</b>	<b>4.451</b>	<b>190.264</b>	<b>7.890</b>

Referem-se, basicamente, a:

- Fiscais - refere-se a um processo relativo a parcelamento da Cofins deferido pela Secretaria da Receita Federal e um processo de cobrança de ICMS sobre salvados nas praças Rio de Janeiro e São Paulo. Não são esperadas perdas nessas ações, motivo pelo qual não foi constituída provisão. Há também processos referentes inconformidades na entrega de declarações acessórias a Receita Federal e um processo relativo a cobrança de PIS cujas perdas estavam classificadas como provável em 31 de dezembro de 2015, sendo classificadas em 31 de dezembro de 2016 como possível, devido a jurisprudência do STF ocorrida em fevereiro de 2016 no sentido da inconstitucionalidade da exigência para as causas em referência. Dessa forma seguradora reverteu a provisão de R\$3.233 no primeiro semestre de 2016.
- Trabalhistas - pedidos de direitos e indenizações trabalhistas.
- Cíveis - referem-se basicamente a ações decorrentes do curso normal das operações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa. Em 23 de janeiro de 2015 a Generali Brasil foi citada para responder uma ação Judicial promovida pela Newcorp Gestão S.A. ("Newcorp"), Cerâmica São Cristóvão e Milo Investimentos S.A., juntamente com a GBA Gestão de Benefícios Associativos e SFX Gestão e Serviços Ltda., em trâmite na 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. A presente ação que possui valor de R\$13.563 e probabilidade de perda possível, tem por objeto a decretação da ineficácia e desconstituição das garantias reais e fidejussórias apresentadas pelos autores em favor da Generali, bem como indenização em razão da rescisão do Acordo de Estipulação firmado entre a Generali e a Newcorp, a ser apurada na fase instrutória.
- Sinistros - Existem 4.690 (4.451 em dezembro de 2015) processos relacionados a sinistros que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos referem-se em sua maioria a sinistros do ramo de automóvel e RCF. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 5% para causas remotas, 30% para as causas possíveis e 100% para as causas prováveis. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Generali para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R\$219.084 (R\$190.264 em dezembro de 2015) que adicionados ao valor de reserva dos seguros DPVAT (R\$14.615) e a reversão do IBNER Judicial no montante de R\$ 30.728 totalizam R\$202.971.

## 14.1. Movimentação de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 1º de janeiro	3.233	1.863	17.388	2.832	931	9.716
Constituições/atualizações	213	901	4.516	423	1.112	18.229
Liquidações/baixas	(3.446)	(253)	(4.129)	(22)	(180)	(10.557)
No final do exercício	-	2.511	17.775	3.233	1.863	17.388

## 15. Provisões técnicas

## 15.1. Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro					
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2015	
	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida
<b>Automóvel/RCF</b>						
Provisões complementar de cobertura	2.225	17.168	(40)	(1.592)	2.185	15.576
Provisões de prêmios não ganhos	114.427	102.969	(93)	(187)	114.334	102.782
Sinistros a liquidar ADM	34.115	62.366	(7)	(115)	34.108	62.251
Sinistros a liquidar JUD	105.364	104.513	(28.740)	(20.853)	76.624	83.660
Sinistros ocorridos e não avisados	32.169	36.633	(424)	(45)	31.745	36.588
	<b>288.300</b>	<b>323.649</b>	<b>(29.304)</b>	<b>(22.792)</b>	<b>258.996</b>	<b>300.857</b>

	Provisão bruta de resseguro					
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2015	
	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida
<b>Transporte nacional/Internacional</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	626	838	(451)	(841)	175	(3)
Sinistros a liquidar ADM	4.455	15.571	(954)	(2.563)	3.501	13.008
Sinistros a liquidar JUD	7.468	3.984	(928)	(412)	6.540	3.572
Sinistros ocorridos e não avisados	1.282	5.039	(413)	(50)	869	4.989
	<b>13.831</b>	<b>25.432</b>	<b>(2.746)</b>	<b>(3.866)</b>	<b>11.085</b>	<b>21.566</b>

	Provisão bruta de resseguro					
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2015	
	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida
<b>Responsabilidade civil</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	3.319	2.805	(2.629)	(570)	690	2.235
Sinistros a liquidar ADM	27.648	26.547	(26.219)	(25.080)	1.429	1.467
Sinistros a liquidar JUD	21.186	22.565	(15.590)	(16.746)	5.596	5.819
Sinistros ocorridos e não avisados	2.439	1.584	(784)	(805)	1.655	779
	<b>54.592</b>	<b>53.501</b>	<b>(45.222)</b>	<b>(43.201)</b>	<b>9.370</b>	<b>10.300</b>

	Provisão bruta de resseguro					
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2015	
	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida
<b>Vida/acidentes pessoais</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	1.311	1.570	(418)	(351)	893	1.219
Sinistros a liquidar ADM	19.625	48.267	(29.168)	(30.663)	(9.543)	17.604
Sinistros a liquidar JUD	18.837	21.212	4.927	(10.167)	23.764	11.045
Sinistros ocorridos e não avisados	57.981	47.662	(41.788)	(34.102)	16.193	13.560
	<b>97.754</b>	<b>118.711</b>	<b>(66.447)</b>	<b>(75.283)</b>	<b>31.307</b>	<b>43.428</b>

	Provisão bruta de resseguro					
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2015	
	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida
<b>DPVAT</b>						
Sinistros a liquidar ADM	3.365	5.028	-	-	3.365	5.028
Sinistros a liquidar JUD	14.615	20.713	-	-	14.615	20.713
Sinistros ocorridos e não avisados	70.855	45.790	-	-	70.855	45.790
Outras prov. Para dep. Adm	687	524	-	-	687	524
	<b>89.522</b>	<b>72.055</b>	-	-	<b>89.522</b>	<b>72.055</b>

	Provisão bruta de resseguro					
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2015	
	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida	resseguro	(-) Parcela resseguro	(=) Provisão líquida
<b>Demais</b>						
Provisões de prêmios não ganhos	11.443	17.239	(5.950)	(9.569)	5.493	7.670
Sinistros a liquidar ADM	18.254	82.694	(12.308)	(70.733)	5.946	11.961
Sinistros a liquidar JUD	35.501	37.990	(2.256)	(23.751)	33.245	14.239
Sinistros ocorridos e não avisados	3.620	3.582	(1.166)	(966)	2.454	2.616
	<b>68.818</b>	<b>141.505</b>	<b>(21.680)</b>	<b>(105.019)</b>	<b>47.138</b>	<b>36.486</b>

Total	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2015	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros	Passivos de seguros	Ativos de resseguros	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Provisões complementar de cobertura	2.225	17.168	(40)	(1.592)	2.185	15.576
Provisões de prêmios não ganhos	131.126	125.421	(9.541)	(11.518)	121.585	113.903
Sinistros a liquidar ADM	107.462	240.473	(68.656)	(129.154)	38.806	111.319
Sinistros a liquidar JUD	202.971	210.977	(42.587)	(71.929)	160.384	139.048
Sinistros ocorridos e não avisados	168.346	140.290	(44.575)	(35.968)	123.771	104.322
Outras prov. Para dep. Adm	687	524	-	-	687	524
	<b>612.817</b>	<b>734.853</b>	<b>(165.399)</b>	<b>(250.161)</b>	<b>447.418</b>	<b>484.692</b>

## 15.2. Movimentação das provisões técnicas

Saldos em 31 de dezembro de 2015	31/12/2016		31/12/2015	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Varição de PPNG	734.853	250.161	734.853	250.161
Sinistros avisados/ajustados	5.705	(1.977)	5.705	(1.977)
Correção monetária e juros de sinistros	279.529	114.237	279.529	114.237
Pagamentos e recebimentos	57.294	13.699	57.294	13.699
Varição IBNR	(477.840)	(217.776)	(477.840)	(217.776)
Varição PCC	28.056	8.607	28.056	8.607
Varição outras provisões	(14.943)	(1.552)	(14.943)	(1.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<b>612.817</b>	<b>165.399</b>	<b>612.817</b>	<b>165.399</b>

Saldos em 31 de dezembro de 2014	31/12/2015		31/12/2015	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Varição de PPNG	941.939	224.316	941.939	224.316
Sinistros avisados/ajustados	(178.293)	13.152	(178.293)	13.152
Correção monetária e juros de sinistros	580.002	97.979	580.002	97.979
Pagamentos e recebimentos	17.856	(6.098)	17.856	(6.098)
Varição IBNR	(630.879)	(66.675)	(630.879)	(66.675)
Varição PCC	29.541	(10.666)	29.541	(10.666)
Varição outras provisões	(25.170)	(1.847)	(25.170)	(1.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<b>734.853</b>	<b>250.161</b>	<b>734.853</b>	<b>250.161</b>

## 16. Garantias das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 3.308, de 31 de agosto de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, com suas alterações posteriores, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta as seguintes coberturas:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões técnicas - seguros	612.817	734.853
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(157.816)	(243.221)
Direitos creditórios	(72.882)	(63.917)
Provisões do consórcio DPVAT	(89.522)	(72.055)
Custos de aquisição diferidos	(15.684)	(14.359)
Depósitos judiciais redutores	(25.590)	(2.169)
Total das exclusões	<b>(361.494)</b>	<b>(395.721)</b>
Provisões técnicas para cobertura	<b>251.323</b>	<b>339.132</b>
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	370.236	462.645
Total das garantias das provisões técnicas	<b>370.236</b>	<b>462.645</b>
Suficiência	<b>118.913</b>	<b>123.513</b>

## 17. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Estão sendo desconsiderados da análise abaixo os sinistros avisados e pagos no mesmo ano, uma vez que não há incerteza sobre o montante e tempestividade da indenização, conforme CPC11- Contrato de seguros, parágrafo 39, alínea (c)(iii).

## 17.1. Sinistros brutos de resseguro



	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade %	Custo de aquisição	Índice - % comissionamento
Em 31 de dezembro de 2015					
Automóveis/RCF-V	380.282	(319.815)	84	(77.417)	20
Vida/acidentes pessoais	147.111	(109.569)	74	(18.626)	13
Demais	229.322	(180.159)	79	(40.978)	18
	756.715	(609.543)	81	(137.021)	18

**21. Imposto de renda e contribuição social**

A Seguradora não apurou imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em virtude de prejuízos tributários recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R\$869.706 (R\$729.783 em 31 de dezembro de 2015) e base negativa de contribuição social no montante de R\$875.373 (R\$738.024 em 31 de dezembro de 2015). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias, em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

**22. Remuneração baseada em ações**

Alguns executivos da Companhia participam do plano multianual, aprovado pela Assicurazioni Generali de distribuição de suas ações ordinárias, sujeitas à aprovação da assembleia de acionistas do Grupo. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Generali Brasil Seguros S.A., que fizeram jus às opções da Assicurazioni Generali, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$1.800 (R\$1.831 em 31 de dezembro de 2015).

**23. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado****a) Custo de aquisição**

	31/12/2016	31/12/2015
Comissão sobre prêmios emitidos	(54.167)	(83.997)
Comissão de agenciamento	(432)	(2.882)
Recuperação de comissões	444	189
Outras despesas de comercialização	(4.849)	(8.388)
Varição das despesas de comercialização diferidas	(980)	(41.943)
	(59.984)	(137.021)

**b) Outras despesas e receitas operacionais**

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos assistência 24h	28.074	57.646
Receitas consórcio DPVAT outras receitas, líquidas	3.251	3.474
	31.325	61.120
Outras despesas operacionais		
Débitos assistência 24h	(26.975)	(37.006)
Despesas operacionais – seguros	(19.305)	(42.097)
Provisão para riscos de créditos	8.571	8.657
Despesas com administração de apólices	(512)	(1.012)
Despesas com encargos dos corretores	(37)	(166)
Despesas com cobrança bancária	(5.011)	(5.758)
Lucros atribuídos	(2.071)	(149)
Provisões civis	(387)	(7.672)
	(45.727)	(85.203)
	(14.402)	(24.083)

**c) Resultado com operações de resseguros**

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas com resseguro		
Indenizações de sinistros	109.743	97.979
Despesas de sinistros	4.493	2.558
Variações de IBNR e IBNER	(48.033)	35.315
	66.203	135.852
Despesas com resseguro		
Despesas com prêmio resseguro	(110.443)	(137.928)
Variações despesas de resseguros	(1.976)	(13.152)
Ressarcimento ao ressegurador	-	(354)
PCC Outras provisões sobre resseguro	(1.552)	(1.847)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa sobre resseguro	(6.995)	4
	(120.966)	(153.277)
	(54.763)	(17.425)

**d) Despesas administrativas**

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com pessoal próprio	(78.193)	(102.688)
Despesas com serviços de terceiros	(28.880)	(33.663)
Despesas com localização e funcionamento	(20.687)	(27.493)
Outras despesas administrativas	(10.790)	(9.712)
	(138.550)	(173.556)

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Generali Brasil Seguros S/A ("Generali Brasil") foi estabelecido pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2015. O Comitê é composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração da Generali Brasil. Devido à saída recente de um de seus membros, o Comitê está temporariamente composto apenas por dois. A Companhia comunicou essa circunstância à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP (conforme inciso III do parágrafo único do art. 2º da Circular Susep 526/2016) e já submeteu à sua aprovação dois novos nomes, indicados pelo Conselho de Administração, os quais estão em processo de aprovação.

O Comitê é um órgão de suporte ao Conselho de Administração e tem como principais funções a supervisão das atividades que objetivam garantir a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Generali Brasil, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos, o cumprimento de normas internas e externas e a efetividade e independência das auditorias externa e interna.

Ao longo de 2016, as principais atividades exercidas pelo Comitê foram:

**Auditoria Interna** – (i) avaliou e aprovou o Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2016; (ii) foi informado sobre as atividades de auditoria realizadas ao longo do ano, bem como dos resultados dos trabalhos realizados; (iii) tomou conhecimento do status de implementação das recomendações da Auditoria Interna, com destaque para a evolução de implantação ao longo do ano, bem como para as recomendações pendentes de implantação; (iv) discutiu com a Administração da Generali as ações que estão sendo tomadas para a implantação das recomendações pendentes e melhoria do ambiente de controle da Companhia.

**Área de Gestão de Riscos e Compliance** – (i) tomou conhecimento das atividades realizadas ao longo de 2016; (ii) avaliou as iniciativas para o fortalecimento na Companhia de uma cultura de controles internos, gestão de riscos e compliance; (iii) tomou conhecimento da adequação da estrutura das áreas de Compliance e Gestão de

**e) Despesas com tributos**

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões fiscais	3.233	-
Taxa de fiscalização	(3.307)	(2.617)
Despesas com PIS	(231)	(733)
Despesas com COFINS	(1.424)	(4.508)
Outras despesas com tributos	(1.001)	(1.821)
	(2.730)	(9.679)

**f) Resultado financeiro**

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	2.465	9.359
Com títulos de renda fixa	49.032	71.958
Com títulos de renda fixa - DPVAT	11.123	8.251
Outras receitas financeiras	6.006	4.189
	68.626	93.757
Despesas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	(55.074)	(19.633)
Outras despesas financeiras	(2.291)	(2.366)
	(57.365)	(21.999)
	11.261	71.758

**24. Transações com partes relacionadas**

A remuneração total dos administradores da Seguradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.798 (R\$6.952 em 31 de dezembro de 2015), as quais são benefícios de curto prazo.

A Seguradora efetua operações de resseguro com empresa integrante do grupo, Assicurazioni Generali S.p.A. e Generali Itália, as quais são realizadas em condições pactuadas entre as partes. A principal operação com essa empresa compreende a operação de resseguro, envolvendo o repasse de prêmios registrados na rubrica "Prêmios Resseguros Cedidos", recuperação de comissões registradas na rubrica "custos de aquisição" e recuperação de sinistros registrados na rubrica "Sinistros Retidos".

A CEABS Serviços Ltda., uma investida indireta da controladora da Seguradora, Assicurazioni Generali S.p.A., presta serviços de instalação, desinstalação, ativação e desativação dos equipamentos de localização e rastreamento nos veículos dos segurados indicados pela Generali.

A Europ Assistance, uma joint venture entre a Assicurazioni Generali S.p.A. com terceiros, presta serviços de suporte e assistência aos diversos ramos de seguro da Generali, principalmente os de auto e vida, a saber: assistência para veículos, assistência funeral, assistência domiciliar, dentre outros.

	Ativo		Passivo		Resultado
Partes relacionadas	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Assicurazioni Generali S.p.A.	888	895	622	2.750	4.944 (502)
Generali Itália	-	-	-	-	(1.397)
Europ Assistance	-	-	5.167	4.687	(20.434) (27.998)
CEABS	-	-	108	479	(1.766) (2.782)
Total	888	895	5.897	7.916	(18.653) (31.282)

**25. Eventos subsequentes**

Entre 31 de dezembro de 2016 e a data destas demonstrações financeiras ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

**a) Circular SUSEP nº 543/2016**

A SUSEP publicou em 22 de dezembro de 2016 a Circular SUSEP nº 543 que altera a Circular Susep nº 517, de 30 de julho de 2015. A Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

**b) Circular SUSEP nº 544/2016**

A SUSEP publicou em 27 de dezembro de 2016 a Circular SUSEP nº 544 que dispõe sobre alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais. A Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

**c) Circular SUSEP nº 545/2017**

A SUSEP publicou em 27 de janeiro de 2017 a Circular SUSEP nº 545 que estabelece critérios adicionais para oferta preferencial de riscos aos resseguradores locais, atendimento ao disposto no caput do artigo 15 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007. A Circular entra em vigor em 27 de janeiro de 2017.

A Seguradora está avaliando os impactos para tomar as ações necessárias para cumprimento das Circulares emitidas pelo órgão regulador.

Diretor-Presidente	Conselheiros	Contadora
Andrea Crisanaz	Antônio Cassio dos Santos	Viviane Miller Abreu
	Claudio Mele Bastianelli	CRC RJ-083704/O-2
Diretores	Andrea Crisanaz	Atuário
Eduardo Fabiano Alves da Silva		Rubens Moreira Bastos
Sergio Wilson Ramos Junior		MIBA nº 1.370
Rogério Hashimoto		

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da Generali Brasil Seguros S.A.

Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 33.072.307/0001-57

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Generali Brasil Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Todavia, essas divergências não constituem risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactam nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017



EY Serviços Atuariais SS CNPJ 03.801.998/0001-11  
CIBA 57

Ricardo Pacheco  
MIBA 2.679

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

Generali Brasil Seguros S.A.

Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Generali Brasil Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliarmos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017.



ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP015199/F - 6

Roberto Martorelli  
Contador CRC - 1RJ 106103/O-0